

A imprensa e o poder  
nos anos Collor

**NOTÍCIAS  
DO PLANALTO  
MARIO SERGIO CONTI**

Copyright © 1999 by Mario Sergio Conti

*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,  
que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

Capa

KIKO FARKAS / MÁQUINA ESTÚDIO  
MATEUS VALADARES / MÁQUINA ESTÚDIO

Preparação

MÁRCIA COPOLA

Índice onomástico

VICTOR BARBOSA

Revisão

LARISSA LINO BARBOSA  
RENATO POTENZA RODRIGUES  
GABRIELA MORANDINI

Atualização ortográfica

VERBA EDITORIAL

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Conti, Mario Sergio

Notícias do Planalto: A imprensa e o poder nos anos Collor  
/ Mario Sergio Conti. — 2ª ed. — São Paulo: Companhia das  
Letras, 2012.

Bibliografia.  
ISBN 978-85-359-2148-9

1. Imprensa — Brasil 2. Mello, Fernando Collor de, 1949- I.  
Título. II Título: A imprensa e o poder nos anos Collor.

12-07393

CDD-070.449320981

---

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Jornalismo político 070.449320981

2012

Todos os direitos desta edição reservados à  
EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

Fax: (11) 3707-3501

[www.companhiadasletras.com.br](http://www.companhiadasletras.com.br)

[www.blogdacompanhia.com.br](http://www.blogdacompanhia.com.br)

# Sumário

Apresentação 9

## PRIMEIRA PARTE

- 1 Gazeta de Alagoas 13
- 2 Rede Globo 25
- 3 Jornal do Brasil 35
- 4 Veja 46
- 5 Gazeta de Alagoas 58
- 6 Veja 68
- 7 Rede Globo 82
- 8 Jornal do Brasil 90
- 9 Playboy 100
- 10 O Globo 110
- 11 Folha de S.Paulo 120
- 12 SBT 133
- 13 Rede Povo 145
- 14 TV Record 155
- 15 Frente Brasil Novo 165
- 16 Rede Bandeirantes 173
- 17 Rede Globo 187

## SEGUNDA PARTE

- 18 Tribuna de Alagoas 201
- 19 Folha de S.Paulo 216
- 20 Rede Globo 229
- 21 Folha de S.Paulo 240
- 22 Veja 255

23	O Estado de S. Paulo	270
24	Jornal do Brasil	285
25	IstoÉ	298
26	Folha de S.Paulo	311
27	Jornal do Brasil	326
28	O Globo	341
29	Rede Globo	352
30	Rede Bandeirantes	365
31	Tribuna de Alagoas	376
32	Veja	387
33	Palácio do Planalto	401
34	Palácio dos Bandeirantes	412
35	IstoÉ	417
36	O Estado de S. Paulo	427
37	SBT	441
38	Jornal do Brasil	452
39	Palácio do Planalto	463

	Epílogo	477
	Posfácio da 2ª edição	487
	Cronologia	501
	Fontes	505
	Bibliografia	507
	Índice onomástico	511
	Sobre o autor	523

## PRIMEIRA PARTE

## 1. GAZETA DE ALAGOAS

O objetivo era ser conhecido pelos brasileiros. Conhecido como o jovem enérgico que não participava das jogadas dos jaquetões da política. Seu estandarte de auto-divulgação, fincado mais no solo da indignação moral que no da racionalidade política, era o do combate aos servidores públicos com proventos faustosos. Prometia acabar com os salários robustecidos por manhas burocráticas. Acabar com o nepotismo que pendurava apaniguados de políticos na máquina do Estado. Com os carros pretos das autoridades bem assentadas nos bancos de trás, com suas poucas horas de batente e aposentadorias precoces. Ele ia botar relógio de ponto e fazer todo mundo trabalhar. Fernando Affonso Collor de Mello foi eleito governador aos 37 anos porque construíra essa mensagem contra uma casta de privilegiados, os marajás. E porque soube propagandeá-la na campanha eleitoral e, antes dela, no jornal, nas rádios e na televisão de sua família, dona do mais poderoso grupo de comunicações de Alagoas. Ele continuava com a mensagem. Mas faltava-lhe a máquina para alardeá-la em escala nacional. Collor agora precisava da grande imprensa. Dos noticiários das redes de televisão, das manchetes dos jornais de prestígio, das reportagens das revistas. Teria de lidar com os donos das empresas, os repórteres e fotógrafos, os editores e diretores de redação, pessoas que pouco conhecia e das quais desconfiava. Só por meio deles conseguiria falar aos brasileiros. E Collor tinha o que os jornalistas caçavam: notícias.

Foi com uma notícia que, dias antes de tomar posse como governador, em março de 1987, Collor entrou no estúdio da Rede Globo em Brasília para gravar uma entrevista ao *Bom Dia Brasil*. A notícia era adiantar o propósito da audiência que teria à tarde com o procurador geral da República. Contou que pediria a Sepúlveda Pertence a abertura de um processo para impedir o pagamento dos benefícios que, acumulando-se uns sobre os outros, aumentavam os salários dos superfuncionários alagoanos. Grave, disse que levaria documentos comprovando os desmandos de seus antecessores no governo. Era o início de sua, como definiu, “guerra” contra os marajás e aqueles que os criaram. A notícia teve

repercussão instantânea. Collor voltou depressa ao hotel para assistir à entrevista com seu assessor de Imprensa, Cláudio Humberto Rosa e Silva. Foram tomar o café da manhã e ao entrarem no restaurante, onde o *Bom Dia Brasil* acabara de ser transmitido num telão, várias mesas aplaudiram o governador. À tarde, câmeras e microfones o disputavam na saída do encontro com o procurador geral, garantindo a sua presença nas rádios, nos noticiários do horário nobre e nos jornais do dia seguinte. Com o procurador geral ficaram os “documentos de denúncia”: cópias do *Diário Oficial*, de leis e de portarias, recortes amarelados de jornais regionais, a começar pela *Gazeta de Alagoas* dos Collor de Mello. Material já usado à farta na campanha eleitoral. Requentar notícias provincianas era o de menos. O que importava era o aparecimento dos marajás na cena nacional. Com eles debutava na grande imprensa o seu algoz, Fernando Collor.

A notícia não estava só no que ele dizia. Collor tinha o senso do espetáculo da política. Sabia que, como num drama, era necessário às vezes sair do palco para não se desgastar. Depois de eleito governador, em novembro de 1986, desapareceu durante quase dois meses. Viajou pela Europa com a mulher, Rosane. Do exterior, promoveu a organização de sua volta a Maceió para que parecesse uma apoteose. Sob um sol do meio-dia de verão nordestino, milhares de pessoas o aguardavam no Aeroporto dos Palmares. Estandartes reproduziam seu rosto. Bandeiras, faixas, fogos e banda de música o saudavam. Ao se abrir a porta do avião, o eleito surgiu e ergueu o punho direito num gesto de força e vitória. A multidão tomou a pista, houve empurra-empurra, gritos. Collor foi alçado à camba de um caminhão transformado em palanque. Esgoelou: “Somos todos aqui filhos da esperança”, e a multidão respondeu com berros e aplausos. Ele era o único de terno escuro. Empertigado em seu 1 metro e 84, parecia o mais alto de todos. O mais forte. O atleta. Talvez fosse o único no Palmares capaz de passar num teste para galã de telenovela. Era o branco num mar de morenos, o colonizador entre os nativos. Em nenhum instante perdeu o controle do transe. Sabia o que queria da manifestação.

Queria emocionar o povo e garantir imagens na televisão. Imagens de campanha eleitoral. Collor se saía melhor disputando votos do que governando. Trocaria qualquer reunião administrativa ou partidária por um palanque. Vibrava ao se sentir o foco da atenção de milhares de pessoas. Vibrava e aprendia: ouviu a palavra “marajá” num comício, dita por um anônimo na assistência; de imediato percebeu o seu poder simbólico e a incorporou ao seu discurso. Eleito, continuava em campanha. Um cortejo de mais de uma centena de carros, aberto por motociclistas da Polícia Militar, o acompanhou pela estrada que liga o aeroporto à cidade. Percorreu as ruas centrais, circundou a praça dos Martírios e seguiu para a orla. Passou pelas praias de Jaraguá, Pajuçara, Ponta Verde e parou em Jatiúca. No trajeto, de dezenas de quilômetros, havia gente dos dois lados das avenidas, gritando o nome do herói e agitando bandeirinhas. Cumprindo ordens do superintendente Pedro Collor, a TV Gazeta, a Gazeta FM e a *Gazeta de Alagoas* trombetaram durante dias o seu retorno. As imagens da volta triunfal gra-

vadas pelas câmeras da TV Gazeta, uma delas num helicóptero, foram mostradas naquela noite e, mais de dois anos depois, na campanha presidencial.

Para o dia da sua posse no governo, Collor planejou uma caminhada de três quilômetros, da Assembleia Legislativa à sede do Executivo, o Palácio dos Martírios. Choveu forte e a marcha fracassou. Mesmo com pouca gente para assistir à sua passagem, o diretor e ator principal do espetáculo manteve o script. Queixo empinado e olhar fixo num ponto à frente, percorreu os três quilômetros sem responder aos acenos das calçadas e janelas. A natureza não detinha o herói. Metros atrás vinha o seu ofegante secretariado.

— Ele está pagando promessa ou é doido mesmo? — perguntou o secretário de Imprensa, Cláudio Humberto, ao chefe do Gabinete Civil.

— É o pai todinho — respondeu José Barbosa de Oliveira, um amigo da família que fora nomeado oficial de gabinete do Palácio dos Martírios mais de trinta anos antes, no dia em que o pai de Collor, Arnon de Mello, tomara posse como governador de Alagoas.

\* \* \*

Tal filho, qual pai? Fernando Collor era todo Arnon Affonso de Farias Mello. Como o pai, era um conservador numa roupagem reformista. Usava expedientes inovadores em campanhas eleitorais. Suas raízes estavam tanto na província como na capital da República. Utilizava a imprensa para fazer política. Era também diferente do pai em traços essenciais. Arnon trabalhou desde a adolescência. Sabia o valor do dinheiro. Fez fortuna sozinho. Era sovina a ponto de desdobrar embalagens de papel e usá-las para fazer anotações. Fernando Collor nasceu rico. Não precisava trabalhar para se manter. Tinha uma tal despreocupação com dinheiro que um de seus amigos, Paulo César Farias, brincava: “O Fernando não sabe assinar um cheque”. Homem de leituras ecléticas, curiosidade intelectual e gosto pela escrita, Arnon deixou uma biblioteca de milhares de volumes. Fernando usou a biblioteca como escritório. Lia pouco e escrevia com dificuldade. Entre os cinco filhos, três homens e duas mulheres, o mais querido de Arnon foi Fernando. O predileto correspondeu à afeição: Fernando gostava mais de Arnon que da mãe. A morte do pai foi capital para Fernando. Liberto da sombra paterna, começou a fazer política à sua maneira.

Arnon de Mello nasceu em 1911, em Rio Largo, na Zona da Mata alagoana. Seu pai, Manoel Affonso, era dono do Engenho de Cachoeirinha. Ele teve uma infância abastada, de filho de senhor de engenho, encerrada de maneira abrupta. O presidente Epitácio Pessoa proibiu a exportação de açúcar e abalou a base da economia alagoana, arruinando Manoel Affonso. Ao cursar o secundário no Ginásio de Maceió, Arnon já trabalhava para ajudar o pai. Frequentava tertúlias literárias que discutiam as novidades modernistas, vindas do Sul. Ligou-se a um grupo de intelectuais nordestinos que emigrou em levas para o Rio de Janeiro. Dele faziam parte o poeta Jorge de Lima, o dicionarista Aurélio Buarque de



Holanda Ferreira e os romancistas José Lins do Rego e Rachel de Queiroz. Arnon viajou para o Rio aos dezoito anos. Levava o dinheiro da venda dos últimos terrenos da família para se instalar na capital e fazer a Faculdade de Direito. O dinheiro acabou e ele se sustentou como repórter de *A Vanguarda*, jornal que apoiava o presidente Washington Luís. Perdeu o emprego em outubro de 1930, com a vitória do movimento desencadeado por Getúlio Vargas. Grupos de manifestantes percorreram o centro do Rio, invadiram as redações dos jornais governistas, destruíram máquinas, jogaram móveis pelas janelas, desenrolaram bobinas de papel pelas ruas. *A Vanguarda* foi incendiada e deixou de circular. Arnon se transferiu para o *Diário de Notícias* e fez uma série de entrevistas com os políticos derrotados em 1930, depois reunidas no livro *Os sem-trabalho na política*. Um dos entrevistados, o cronista Humberto de Campos, arrumou-lhe uma colocação nos Diários Associados, o império de comunicações que o jornalista paraibano Assis Chateaubriand expandia com lances de ousadia e esperteza.

São Paulo se rebelou contra Getúlio Vargas em julho de 1932, e Chateaubriand, em prisão domiciliar, ordenou pelo telefone que dois dos melhores repórteres dos Associados cobrissem a guerra. Rubem Braga foi enviado à cidade de Passa-Quatro, em Minas Gerais, e Arnon a Cruzeiro, em São Paulo. Arnon foi um correspondente de guerra criativo. Pediu ao comandante do Exército do Leste, o seu conterrâneo Pedro Aurélio de Góes Monteiro, que escrevesse à mão um bilhete a seus familiares dizendo-lhes que estava bem. O repórter reproduziu o bilhete no *Diário da Noite*. Arnon passou a pedir aos soldados que escrevessem à família ou à noiva, e transcrevia os recados na seção Correio da Frente. Os bilhetes faziam a ligação entre os soldados e suas famílias, e contavam — indiretamente, burlando a Censura — como transcorria a guerra no Vale do Paraíba. A tiragem do *Diário da Noite* multiplicou-se por quatro graças à ideia de Arnon. E o Correio da Frente ganhou as páginas do carro-chefe dos Associados, a revista *O Cruzeiro*.

As reportagens de 1932 deram origem ao seu segundo livro, *São Paulo venceu!*, e o ajudaram a arrumar mais duas colocações como repórter, no *Diário Carioca* e em *O Jornal*, e um terceiro emprego por meio do qual retomou o contato com sua terra: o de correspondente no Rio da *Gazeta de Alagoas*. Pouco depois, Chateaubriand lhe ofereceu o cargo de diretor do *Jornal de Alagoas*, que acabara de comprar. Arnon aceitou a incumbência, embora continuasse a viver no Rio. A par da atividade na imprensa, começou a advogar, montou uma imobiliária e não deixou de frequentar os amigos intelectuais. Sua frase predileta nesses anos de ascensão social no Rio, que repetia aos parentes alagoanos, era: “Eu primo por me apresentar bem”. Faltava-lhe apenas um bom casamento para que se apresentasse com perfeição na alta sociedade.

O casamento veio por intermédio de um entrevistado, Lindolfo Leopoldo Boeckel Collor, o gaúcho que apresentara o deputado Getúlio Vargas a Chateaubriand nos anos 20, quando ambos começavam suas carreiras. Filho do sapateiro João Boeckel, Lindolfo adotou o sobrenome Collor de seu padraсто, um

alemão com quem sua mãe casara quando ficou viúva. Lindolfo diplomou-se em farmácia, nunca exerceu a profissão, publicou livros de poesia parnasiana, tornou-se jornalista e se elegera deputado federal discursando em alemão para imigrantes e seus descendentes. Ao tomar o poder, em 1930, Getúlio criou o Ministério do Trabalho, e chamou Lindolfo Collor para dirigi-lo. Até então, os problemas trabalhistas ficavam sob a jurisdição do Ministério da Agricultura. E continuava a valer a concepção do destronado Washington Luís: “A questão operária é uma questão que interessa mais à ordem pública que à ordem social”. Foi Lindolfo Collor quem redigiu o manifesto em que Getúlio reconheceu a existência política dos trabalhadores. De um lado, Lindolfo Collor cooptou para o novo Ministério alguns militantes que haviam participado das lutas sociais dos anos 20. De outro, chamou para a sua equipe o empresário Jorge Street, industrial de iniciativas pioneiras no trato da “questão operária”, como a construção de casas para os trabalhadores de sua fábrica. A legislação trabalhista criada por Lindolfo Collor concebia os sindicatos como instrumentos na “justa e necessária conjugação dos interesses patronais e proletários”, conforme escreveu na exposição de motivos da lei, e os subordinava ao Ministério do Trabalho. A legislação representou a atualização, tardia, do Brasil na realidade industrial: organizou e disciplinou a força de trabalho, ao mesmo tempo em que impedia a organização dos trabalhadores em sindicatos livres da tutela estatal. A estrutura sindical corporativista concebida por Lindolfo Collor seria ferida no final dos anos 70, com as greves de metalúrgicos do ABC paulista, lideradas pelo migrante pernambucano Luis Inácio Lula da Silva.

Lindolfo Collor saiu do governo em 1932 e aliou-se ao movimento constitucionalista de São Paulo. Derrotado, viveu em vários países da América Latina até 1934, quando Getúlio concedeu a anistia. Candidatou-se a deputado federal, não foi eleito e conspirou com a Ação Integralista Brasileira. Se o levante integralista triunfasse, seria governador do Rio Grande do Sul. O golpe foi desmantelado, Lindolfo Collor ficou seis meses preso e se exilou novamente, dessa vez na França. Arnon de Mello, vindo da África, onde visitara as colônias lusitanas na comitiva do presidente de Portugal, estava também na França, fazendo reportagens para os Associados. Numa estação de trem em Biarritz o repórter reencontrou Lindolfo Collor, que tinha entrevistado no Brasil. Reencontrou também a filha do exilado, a voluntariosa Leda (pronuncia-se “Léda”), com quem tivera um flerte no Rio. Namoraram por poucas semanas e ficaram noivos.

— Agora que você é minha noiva, vai ter que usar meias sempre, e não pode dançar com nenhum outro homem — disse Arnon a Leda na primeira vez que dançaram juntos, para comemorar o compromisso.

— Então vamos acabar com o noivado agora — respondeu a brava moça de 23 anos.

Ficando entendido que Leda continuaria fazendo o que bem quisesse, o noivado prosseguiu. Casaram-se em Lisboa, em dezembro de 1939. Voltaram ao Rio no ano seguinte, onde nasceu o primeiro filho do casal, Leopoldo, seguido

por Ledinha, em 1941, e Ana Luiza, dois anos depois. Nesse período, Arnon rompeu com Assis Chateaubriand num episódio em que demonstrou lealdade e coragem. O rompimento foi provocado pela demissão de Dario de Almeida Magalhães da direção dos Associados. Advogado de prestígio, com crédito pessoal junto a banqueiros, que usava para obter empréstimos e pagar dívidas da empresa, Almeida Magalhães irritava Getúlio ao defender o fim do Estado Novo. Para agradar o ditador, Chateaubriand o demitiu, alegando que o advogado “estava com o rei na barriga”. Arnon, amigo tanto de Almeida Magalhães como de Chateaubriand, mandou uma carta ao patrão pedindo demissão dos Associados “por não estar de acordo com a maneira como foi tratado um amigo tão fiel de tantos anos”.

— Ah, então quer dizer que o Arnon está contra mim e do lado desse filho da puta? Pois me dê isso aqui! — disse Chateaubriand a Austregésilo de Athayde, que resumiu para o patrão a carta que fora encarregado de lhe entregar.

Chateaubriand não abriu o envelope. Andou até o banheiro segurando-o na ponta dos dedos, jogou-o na privada e apertou a descarga.

Desagradar Chateaubriand era uma temeridade. No início dos anos 40, ele era um dos homens mais poderosos do Brasil. Usava os seus vinte jornais, cinco revistas, oito estações de rádio e sua editora de livros para chantagear e achar empresários e políticos. Arnon não precisava mais dos jornais de Chateaubriand. Tinha sua própria empresa, família, boas relações, respeitabilidade. E queria entrar na política. Com a queda da ditadura, candidatou-se em Alagoas à Assembleia Constituinte pela União Democrática Nacional, a UDN, não se elegeu e voltou ao Rio. Na capital foi procurado por Rui Palmeira, dono de uma grande usina em São Miguel dos Campos e um dos chefes da UDN alagoana. Palmeira queria que Arnon fosse o candidato do partido e dos usineiros ao governo de Alagoas. A missão era difícil não apenas porque Arnon estava distante de Alagoas. Disputar o governo significava enfrentar o temível Silvestre Péricles de Góes Monteiro, que escolheu Luís Campos Teixeira para sucessor.

Os Góes Monteiro mandavam em Alagoas. Havia na família clãs e subclãs que brigavam entre si e alternavam-se no poder em eleições fraudadas, guerras de jagunços, emboscadas. Boa parte da fama alagoana de terra violenta se deve aos Góes Monteiro, uma família de empobrecidos barões do açúcar. O governo de Silvestre Péricles foi trepidante. Ele mandou seus capangas sequestrarem um jornalista que lhe fazia oposição, Donizete Calheiros. O jornalista, que não tinha uma perna, foi amarrado num saco e jogado numa praia deserta. Calheiros conseguiu se salvar arrastando-se pela areia. Sem base legal, o governador prendeu três deputados comunistas assim que foi cassado o registro do Partido Comunista Brasileiro, o PCB. Empastelou jornais de oposição. Cercou com tropas a Assembleia Constituinte estadual para pressionar os deputados. Seus jagunços ameaçaram desembargadores e juizes. Recebeu o repórter Davi Nasser e o fotógrafo Jean Manzon, de *O Cruzeiro*, com um revólver no cinturão e frases como: “Jornalista aqui eu trato a chibata” e “Eu sou a fera que vocês procuram”.

A fera era também um poeta. Compôs o hino da Rádio Difusora de Alagoas, que conta com a mimosa estrofe:

*De Alagoas a rádio alvorece  
Difundindo seus cantos florais.  
Desabrocha, nos ares, em messe,  
O torrão dos viris marechais.*

Arnon de Mello topou o desafio de enfrentá-lo, mesmo tendo um filho pequeno, Fernando, nascido em 12 de agosto de 1949. Não foi uma decisão impenhada. Arnon sabia que Silvestre Péricles tivera atritos com todas as facções políticas. E tinha um grande trunfo: a legislação permitia que concorresse simultaneamente a deputado e governador. Se perdesse o Palácio dos Martírios, era praticamente certo que conseguiria uma cadeira na Câmara Federal.

A campanha de Arnon foi ao mesmo tempo retrógrada e inovadora. Retrógrada porque percorria povoados do interior distribuindo enxadas, facões e pás em troca de votos. Deixava sempre à vista uma máquina de costura no caminhão que lhe servia de palanque, e dizia que iria entregá-la na próxima cidade à viúva fulana de tal, inventando um nome na hora. E inovadora porque ele se valeu de uma pirotecnia inédita para levar aos eleitores sua plataforma — apaziguar a disputa política, coibir o banditismo e a arbitrariedade. Foi o primeiro candidato a usar cartazes policrômicos. Chamativos, eles eram pendurados nas paredes de casebres como decoração. Entregou ao eleitorado uma história em quadrinhos, também com capa colorida, contando os sucessos do menino pobre de Rio Largo na capital federal. Distribuiu calendários, lápis e fotografias com o seu nome. Usou o rádio, jornais e a projeção de filmes ao ar livre para denunciar os desmandos de “Alagões” — a Alagoas sob o jugo dos Góes Monteiro. Seus comícios eram concebidos como shows. Os alto-falantes tocavam o bordão: “Governo bom vai ser o de Arnon”. Percorreu Alagoas junto com o deputado federal Rui Palmeira, cumprimentando e abraçando os eleitores, o que não era costume. Alagoas nunca vira uma campanha assim. E só veria uma tão cheia de novidades mais de trinta anos depois, numa outra eleição para governador, quando Fernando Collor venceu Guilherme, filho de Rui Palmeira.

Na campanha do oponente, Luís Campos Teixeira, quem deu o tom foi o seu protetor, o governador Silvestre Péricles. Um tom vermelho vivo: o governador chamava o adversário de “o candidato de lábios carmesins”, porque os pintores exageraram no vermelho ao retocar a boca de Arnon nos cartazes. O povo não sabia o que era “carmesins”, mas suspeitava ser coisa de cabra frouxo. Nos comícios, Silvestre Péricles insinuava que as suspeitas eram verdadeiras. Ao ver um grupo de estudantes udenistas pendurando faixas do candidato do partido, o brigadeiro Eduardo Gomes, à Presidência, Silvestre Péricles os fez correr de revólver em punho. A direção da UDN alagoana, com medo, refugiou-se na casa do comandante do 20º BC. Ali, Leda Collor convenceu os udenistas a denunciar

o governador ao Tribunal Regional Eleitoral. Leda arrumou uma máquina de escrever, discutiu o documento a ser enviado ao TRE e o datilografou. Seus filhos, inclusive Fernando, de um ano, ficaram no Rio. No dia do comício de Eduardo Gomes, uma esquadrilha de aviões da FAB, a arma do brigadeiro, fez voos rasantes sobre o Palácio dos Martírios para atemorizar Silvestre Péricles. O anedotário alagoano registra que o governador subiu à sacada do segundo andar do palácio e deu bananas aos aviões de guerra. E ordenou a um ajudante de ordens que continuasse dando bananas quando saiu do terraço para atender a um telefonema.

Arnon teve 57 mil votos. O candidato de Silvestre Péricles, 36 mil. A chegada do novo governador a Maceió, em 31 de janeiro de 1951, mesmo dia em que tomou posse, foi a apoteose de sua vida pública. No artigo “Alagoas liberta”, publicado em *O Globo*, José Lins do Rego, que conheceu Arnon quando este contava quinze anos, captou a animação da cidade: “Vi o povo alegre numa festa de libertação, gente de gravata, gente de pé no chão, homens, mulheres, meninos a expandir entusiasmo pela vitória do homem bom que chegava para o governo. Vi a cidade de Maceió debaixo da maior alegria. E quem estava ali nos braços do povo era o menino Arnon, eleito pelas urnas, vencedor da violência, do ultraje, das insanidades, de todas as misérrimas batalhas”. Vencedor sobretudo das insanidades. O último ato de Silvestre Péricles como governador foi visitar a cadeia pública e garantir a soltura de todo preso que conseguisse defecar ao menos um quilo. Dezenas de criminosos foram soltos. E dezenas de quilos de fezes espalhados pelas paredes, pelo piso e pelos móveis do Palácio dos Martírios. Arnon e Leda, traumatizados com a sujeira e a fedentina, só se mudaram para o palácio mais de um ano depois da posse.

O governo de Arnon foi o contrário de sua campanha: conservador, sem audácias. Quatro meses depois da posse, seu adversário nas eleições, Campos Teixeira, foi assassinado a tiros por um deputado em frente à Assembleia Legislativa. Em Coruripe, um coronel septuagenário sucumbiu às facadas de um soldado da Polícia Militar. Em Porto das Almas, o neto de um ex-governador tomou numa emboscada. Em Água Branca, um poderoso fazendeiro foi chacinado pelo delegado de polícia. Em Quebrângulo, o beato Francisco, que juntara votos e atrapalhara os poderosos locais, ligados à UDN, foi assassinado a mando deles. Deixando os culpados impunes, Arnon de Mello permitiu que o banditismo político campeasse. No governo de Silvestre Péricles houve 712 assassinatos políticos. No de Arnon, 861. Chamado de fraco pelos adversários, o governador se cercou de oficiais e policiais que, lembra um contemporâneo, eram “verdadeiros cães de fila prontos para enfrentar e desmoralizar os inimigos de Arnon”. O governador perdeu sua pátina de liberal ao comprar um dos jornais que lhe fazia oposição, a *Gazeta de Alagoas*, dirigido pelo ex-delegado do Trabalho Muniz Falcão, eleito deputado. O governador também ordenou que se invadisse o *Diário de Alagoas* e a polícia empastelasse a redação de um terceiro jornal de oposição, o comunista *Voz do Povo*. Sua única obra de porte foi a estrada asfaltada ligando Maceió a Palmeira dos Índios. No final do seu mandato, Alagoas estava igual ao que era no início do seu governo: miserável, sem lei, parada no tempo. Mas o

povo tinha mudado. O candidato de Arnon ao governo foi derrotado por Muniz Falcão, deputado apoiado por Silvestre Péricles.

Arnon se estabeleceu com a família no Rio de Janeiro. De quando em quando, no final dos anos 50, ia à província fazer política utilizando-se do jornal que comprara, a *Gazeta de Alagoas*. Ele era melhor nos negócios do que na política. Arnon se associou ao dono de *O Globo*, Roberto Marinho, em empreitadas imobiliárias de sucesso. Entre elas, a construção e incorporação do primeiro shopping center do Rio, o Cidade de Copacabana, mais conhecido como Shopping da Siqueira Campos, a rua onde se localiza. Estava bem posto na vida. O presidente Juscelino Kubitschek compareceu à inauguração de seu shopping. Arnon comprou o Sítio do Papai, em Petrópolis, uma boa casa na rua Dona Mariana, em Botafogo, e manteve uma outra em Maceió. Mandou os filhos mais velhos, Leopoldo e Ledinha, estudarem na Inglaterra. Passava as férias de julho no Grande Hotel de Araxá, em Minas Gerais, um dos mais caros do Brasil. Tinha barco no Iate Clube. Na política, no entanto, encalacrara-se. Usou a *Gazeta de Alagoas* para fazer uma campanha pelo afastamento de Muniz Falcão do governo. A UDN abriu na Assembleia Legislativa um processo para destituir o governador, que a bancada nacional do partido ecoou com estardalhaço no Congresso. Presumia-se que a sessão para votar o afastamento de Muniz Falcão, marcada para 13 de setembro de 1957, estava fadada a terminar em tiroteio, tal era o acúmulo de ódios. Houve, de fato, centenas de tiros, um deputado morto, cinco feridos e um jornalista baleado, Márcio Moreira Alves.

A ausência de Arnon de Mello em Maceió na sessão daquele dia lhe valeu a imagem de omissão. Imagem que se transformou em fama, de tanto que Silvestre Péricles o acusou de covarde na campanha do ano seguinte para o Senado, na qual Arnon sofreu nova derrota. Fama que se consolidou na convenção da UDN de 1959, quando Juracy Magalhães e Jânio Quadros disputaram a candidatura à Presidência da República. Arnon era amigo de Juracy a ponto de o ter convidado para padrinho de seu filho Fernando. Mas preferia que Jânio fosse o candidato do partido. Entre ficar com o amigo ou com sua preferência política, Arnon elaborou uma terceira via: não compareceu à convenção, o que foi visto como falta de brio por setores da UDN.

Em 1962, Arnon se candidatou mais uma vez e, com o auxílio de sua primeira rádio, a *Gazeta AM*, os alagoanos o elegeram senador. Silvestre Péricles deu uma entrevista a *O Globo* dizendo que impediria a entrada de Arnon no plenário do Senado. Arnon rebateu garantindo ao *Jornal do Brasil* que tomaria posse “até com risco de vida”. Ele compareceu à cerimônia de posse, em 1º de fevereiro de 1963, para a qual foram tomadas medidas excepcionais de segurança. Mas até dezembro não pisou mais no plenário. “É um maricas. Não virá porque não é homem para enfrentar-me”, disse Silvestre Péricles num dos inúmeros discursos de provocação a Arnon.

A terça-feira, 4 de dezembro de 1963, começou diferente para Fernando Collor. Interno do Colégio São José, no Rio, de onde só saía nos fins de semana,

teve permissão naquela manhã para ir ao médico. À tarde, estava em casa, ouvindo rádio, quando uma edição extraordinária informou, sem dar o nome da vítima, que um senador levava um tiro no plenário e morrera. Fernando tinha poucas dúvidas de que seu pai não estivesse envolvido no tiroteio. Silvestre Péricles e suas ameaças eram tema constante nos almoços de domingo. Arnon havia reunido a família e avisado que discursaria no Senado. Havia se preparado, também. Amigos e parentes foram recrutados para sua estreia tardia na tribuna. Chegaram em dois carros ao estacionamento do Senado. Ao descer de um deles, Leda Collor deixou cair um revólver da bolsa. Um outro revólver foi apreendido com seu filho Leopoldo. Silvestre foi ao Congresso acompanhado de um genro, e se jactava a um grupo de senadores antes da sessão: “Vou encher de balas a boca de Arnon de Mello assim que ele começar a falar”.

Silvestre entrou antes. Desafiador, circulou pelo plenário e aboletou-se na sua poltrona. Sentado ao seu lado estava o suplente de senador José Kairala, um tipo simpático que presenteava os colegas com cestas de caju de sua cidade, Brasília, no Acre. Como o titular reassumiria o cargo no dia seguinte, era a sua última sessão no Senado. Instalara filho, mulher e mãe na tribuna de honra para testemunharem sua despedida. E porque o filho queria fotografá-lo no plenário, Kairala se sentara numa cadeira próxima da tribuna de honra. Arnon começou seu discurso às três horas da tarde.

— Senhor presidente, permita Vossa Excelência que eu faça o meu discurso olhando na direção do senador Silvestre Péricles de Góes Monteiro, que ameaçou me matar — disse.

— Crápula! — gritou Silvestre Péricles, a mão direita apontando para o inimigo, a esquerda estendida ao longo do corpo, segurando a 45 de cano longo.

Arnon largou as folhas do discurso, sacou um 38 e disparou duas vezes contra Silvestre, que se jogou no chão. Uma das balas acertou José Kairala. O senador João Agripino Filho se atirou sobre Silvestre Péricles e, valente, tentou arrancar-lhe o revólver. O alagoano apertou o gatilho e o cão do revólver esmagou a falangeta de Agripino, que mesmo assim conseguiu imobilizar o colega. Levado para o Hospital Distrital, Kairala foi atendido por um cardiologista que estava de passagem pela cidade, Adib Jatene. O senador do Acre morreu naquela noite. Seu filho não tivera tempo de tirar o retrato no Senado. Arnon e Silvestre Péricles foram presos, responderam inquérito e o Tribunal do Júri de Brasília os absolveu. Um ano depois de trocarem tiros, voltavam ao Senado. Cruzavam-se nos corredores, no plenário e no cafezinho. Só não se falavam.

No Colégio São José apenas o reitor, irmão Clemente, perguntou sobre a prisão do pai e tentou confortar Fernando Collor. Nenhum colega fez qualquer menção ao acontecido, mas ele tinha consciência de que sabiam do assassinato, tema de inúmeras reportagens. Collor percebeu que o pai mudara ao ser solto. Nunca mais seria o mesmo. Arnon, que primava por se “apresentar bem” no Rio, fora arrastado à brutalidade da terra de onde viera. Sua ascensão social estancou. Seria, até o fim de seus dias, um senador de província, acabrunhado, es-

querdo. Collor viu na tristeza do pai mais um motivo para desgostar da política. Os outros motivos eram maternos. Ele não tolerava as amargas ladainhas de Leda Collor contra Getúlio Vargas, o “velhinho” sorridente com quem o menino Fernando, assim como o pai, simpatizava. Para Leda, Getúlio era o Mal, o ditador ardiso que impusera dois exílios e inúmeros sofrimentos ao pai. Sofrimentos lembrados para mostrar, demonstrar, comprovar que ela, Leda, suportara o exílio paterno, e depois acompanhara o marido ao emporcalhado Palácio dos Martírios em benefício de um ideal maior, místico — a política. Não, Fernando Collor não seguiria a carreira paterna. Seria diplomata, arquiteto, qualquer coisa. Menos político.

\* \* \*

Qual o pai, no entanto, Fernando Collor marchava naquele 15 de março de 1987 para tomar posse do governo alagoano. Entre o desembarque triunfal no aeroporto, dois meses antes, e a posse debaixo de chuva, Collor fez política, gerando notícias. Enquanto viajava, Cláudio Humberto e Sérgio Moreira, um peemedebista próximo do grupo paulista dos senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, passaram a defender a implementação imediata das medidas radicais que o candidato propusera na campanha. O ponto nevrálgico, achavam, era domar os usineiros. Nas eleições de 1986, a maioria deles sustentou a candidatura de Guilherme Palmeira, o pefelista cuja família vivia do açúcar fazia três séculos. Limitar a influência dos usineiros era melhorar os índices sociais que acorrentavam Alagoas ao século XIX: 42% da população ativa desempregada, 40% ganhando até um salário mínimo, 65% de analfabetos, 70% sem acesso a saneamento básico, 98% sem água potável nas torneiras, 85% do alimento importado de outros estados, 125 de cada mil crianças morrendo antes de completar um ano. Nesse panorama, o fato de a folha de pagamento do funcionalismo consumir toda a receita do estado era um problema menor. Para José Barbosa de Oliveira, nomeado chefe do Gabinete Civil, as promessas de campanha deveriam continuar na condição de promessas: o governador deveria buscar uma acomodação com os usineiros, cujos negócios se enredavam na economia do estado a ponto de quase não se distinguirem dela, e sem os quais era inimaginável governar. Collor se alinhou com Cláudio Humberto e Sérgio Moreira, fazendo deste último o seu secretário do Planejamento. Com eles, elaborou a lista de 25 medidas que leu da sacada do Palácio dos Martírios.

É impressionante como ele está radicalizando, pensou Enio Lins, dirigente regional do Partido Comunista do Brasil, o PCdoB, a facção à esquerda na frente que elegeu Collor. Jornalista, cartunista, um dos criadores do bloco carnavalesco Meninos da Albânia (rebatizado para Meninos Órfãos da Albânia quando o PCdoB deixou de considerar Enver Hoxa o farol do socialismo), Enio Lins ficou intrigado com a passagem do discurso em que Collor dizia não ter compromissos com os usineiros. Proibir despesas com passagens e hospedagens de visitantes do



estado, congelar o salário do governador e abrir mão da aposentadoria a que teria direito quando deixasse o cargo, como o governador prometia, eram medidas demagógicas e inócuas. Mas comprometer-se a cobrar as dívidas dos usineiros com o banco estadual, estimadas em 140 milhões de dólares, era afrontar um estado de coisas secular. Os usineiros tomavam emprestado de bancos oficiais e não pagavam. O calote não era um golpe usado só pelos barões da cana do Nordeste atrasado. Era o método dos usineiros de todo o país: em 1989, o setor açucareiro nacional, liderado por São Paulo, tinha dívidas da ordem de meio bilhão de dólares com bancos e entidades estatais.

Quanto ao funcionalismo, Collor determinou que todos os servidores afastados, quaisquer que fossem os motivos, deveriam se apresentar em suas repartições a partir do dia seguinte, 16 de março. Tornou obrigatório o comparecimento ao local de trabalho. Pressionou quem tivesse mais de um emprego no estado a optar por um só. Prometeu rever o pagamento de vantagens salariais indiretas. Como dos 70 mil funcionários públicos apenas 20 mil tinham ocupação definida, a obrigatoriedade de comparecimento à repartição pôs a administração pública de pernas para o ar. Foi um discurso de impacto, encerrado com ataques ao presidente da República, José Sarney. Na campanha, os candidatos governistas foram beneficiados pelo congelamento de preços e pela nova moeda, o cruzado, que mantiveram a inflação sob controle durante alguns meses. Em Alagoas, Sarney se disse neutro, mas por baixo do pano ficou com o candidato Guilherme Palmeira, e enviou ministros a Maceió para aparecerem ao lado dele na propaganda eleitoral e nos comícios. No dia seguinte à votação, o governo federal liberou o preço de vários produtos. O congelamento, seguido da liberação de preços, ficou conhecido como “estelionato eleitoral”. À medida que os preços subiam, Sarney perdia pontos nas pesquisas de opinião. Não havia razão para que Collor afagasse o presidente.

Cláudio Humberto batizou as medidas de “pacote de moralização”, distribuiu o discurso de posse aos repórteres locais e deu-se por satisfeito. Ao assistir ao noticiário noturno e ao ler os jornais de outros estados no dia seguinte, percebeu que errara. Dos governadores que tomaram posse, do jovem Tasso Jereissati, no Ceará, ao velho Miguel Arraes, em Pernambuco, nenhum fizera nada de destaque. Collor era a exceção, mas estava ausente da grande imprensa. Cláudio Humberto foi para o telefone e, sem conhecer ninguém, deu-se mal.

— Bom dia. Quem está falando é o Cláudio Humberto, assessor de Imprensa do governador Fernando Collor...

— Ah, sei, o governador de Sergipe — interrompeu um jornalista da *Folha de S.Paulo*.

Não só na *Folha*, mas em todos os grandes jornais, revistas e estações de televisão quase ninguém conhecia Fernando Collor. Menos de um mês depois, no entanto, Collor era personagem do *Globo Repórter*; estava na primeira página da edição de domingo do *Jornal do Brasil* e dava entrevista para as páginas amarelas de *Veja*. Foi atrás de jornalistas e os convenceu de que era notícia.